

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XLI • Nº 426 • Brasília-DF • Junho/Julho 2020



O lugar dos indígenas no orçamento da União

O orçamento total da Fundação Nacional do Índio (Funai) para este ano representa 0,02% do orçamento da União, que é de R\$ 3,6 trilhões. Além de baixo, o recurso não é utilizado. Ações de demarcação e fiscalização de terras indígenas, muitas das quais invadidas durante a pandemia de covid-19, tiveram baixa execução orçamentária entre janeiro e maio de 2020. *Páginas 8, 9, 10*

Dos frigoríficos às plantações de cana: como o agronegócio expôs indígenas à covid-19

Páginas 6 e 7

Pandemia no sudeste do Pará eleva o risco de fome e falta de testes dificulta ação contra a doença

Páginas 12, 13 e 14

Povos indígenas acionam o STF para impedir genocídio

Por *Mobilização Nacional Indígena (MNI)*

Uma ação protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 30 de junho pede que o governo tome medidas para proteger os povos indígenas da pandemia da Covid-19. O novo coronavírus já se espalha por Terras Indígenas (TIs) em todo o Brasil e contaminou ao menos 9.414 indígenas, provocando 380 mortes. A petição tem autoria da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em conjunto com o PSB, PCdoB, PSOL, PT, REDE e PDT.

O principal objetivo é que o governo execute um plano emergencial para proteger os povos indígenas do Brasil, em especial os isolados, que não têm contato com outros indígenas e não-indígenas e são especialmente vulneráveis à pandemia da Covid-19. A peça contém um pedido de medida cautelar, ou seja, um pedido para o Judiciário determinar a ação imediata do poder público.

Um relatório elaborado pelo Instituto Socioambiental (ISA), que embasou a ação, mostra o avanço das invasões sobre terras indígenas durante a pandemia. O estudo faz um alerta para a possibilidade de aumento dessas invasões no segundo semestre, fenômeno que tem sido tendência nos últimos anos. Garimpeiros, grileiros e desmatadores não paralisaram suas atividades durante a pandemia. Pelo contrário: elas foram intensificadas. A situação é crítica, pois os invasores estão em constante circulação entre as cidades e as TIs e podem levar o coronavírus para esses territórios.

A ação solicita que o governo instale barreiras sanitárias nas 31 Terras Indígenas com presença de povos indígenas isolados e de recente contato, impedindo a entrada dos invasores. Algumas das TIs vivem um cenário dramático. É o caso da TI Uru-Eu-Wau-Wau. Dados do Deter (sistema de alertas do Inpe) mostram que o desmatamento nos primeiros meses de 2020 já foi maior que no mesmo período do ano anterior. Em abril deste ano, uma liderança Uru-Eu-Wau-Wau foi assassinada dentro da sua própria terra. O principal suspeito é um invasor. "A disseminação do coronavírus entre os índios isolados da TI Uru-Eu-Wau-Wau representa risco real

de extermínio em massa desses grupos. Em razão disso, é urgente que o Estado brasileiro retire os invasores da TI", aponta o relatório.

A ação também solicita que a União retire os invasores das Terras Indígenas Yanomami, Karipuna, Uru-Eu-Wau-Wau, Kayapó, Araribóia, Munduruku e Trincheira Bacajá, que estão entre as mais afetadas da Amazônia brasileira. O relatório do ISA mostra o avanço das ameaças em cada um desses territórios.

A arguição também solicita que todos os indígenas sejam atendidos pela Sesai, sistema de saúde indígena vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Desde o início da pandemia, apenas indígenas que vivem em aldeias estão recebendo atendimento especial. Os que vivem nas cidades penam para conseguir atendimento no sistema geral. Nestes locais, as demandas específicas desses povos são ignoradas, o que contraria direitos constitucionais dos indígenas brasileiros.

Outro pedido da ação é para que o governo execute com urgência um plano de enfrentamento à Covid-19 nas terras indígenas. Esse plano deve ser idealizado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), com auxílio da Fundação Oswaldo Cruz, Abrasco e representantes dos povos indígenas e conselhos distritais de saúde indígena. Além disso, o governo deve criar uma Sala de Situação, ou seja, um espaço físico ou virtual que dê suporte às decisões durante a crise. O grupo deve contar com a participação de representantes indígenas.

Até agora, os órgãos competentes não fizeram o suficiente para conter o avanço da pandemia entre os povos indígenas. Diversos estudos demonstraram que eles são um dos grupos mais vulneráveis neste contexto. Hábitos culturais dos povos indígenas, como o compartilhamento de casas e utensílios, dificultam a contenção do vírus entre o grupo em caso de contaminação. Além disso, a maioria vive em regiões afastadas dos grandes centros urbanos e não tem acesso a hospitais e equipamentos essenciais no tratamento da Covid-19, como respiradores. É urgente que o governo tome medidas para proteger esses povos, antes que o massacre seja ainda maior.

Porantinadas

CNDH e Yanomami na CIDH

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) ingressou com um pedido de medida cautelar na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da Organização dos Estados Americanos (OEA). O pedido ocorre em face do risco iminente de graves violações de direitos humanos que pode resultar em danos irreparáveis às populações dos povos Yanomami e Ye'kwana. A petição do CNDH ocorre em parceria e por solicitação da Hutukara Associação Yanomami.

Sem lugar para quarentena

Em plena pandemia da covid-19, indígenas da região de Marabá, o maior município no sul e sudeste do Pará, não têm um local apropriado para fazer quarentena em caso de contaminação pelo novo coronavírus, diante da precariedade da Casa de Saúde Indígena (Casai) da cidade. O Ministério Público Federal (MPF) no Pará entrou na Justiça Federal com uma ação para obrigar o governo federal a atender a demanda.

Marcha online contra o genocídio

A Frente pela Vida, movimento que reúne entidades de diversos setores da sociedade civil, realizou no dia 9 de junho a Marcha Virtual pela Vida. Com atividades transmitidas pelas redes sociais ao longo do dia, o objetivo foi o de chamar a atenção para valores ligados ao respeito à vida. Valores não abstratos ou subjetivos, mas que ofereçam condições para o enfrentamento à pandemia: a vida dos mais vulneráveis importam, a autoproteção e o SUS, a solidariedade, a preservação do meio ambiente, a democracia, a ciência e a educação.



Mortes por covid-19 entre indígenas precisam virar assunto para a CIDH

Por *Secretariado Nacional - Cimi*

Estudo do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, divulgado no início de junho, mostra que 48% de mortes por covid-19 em pacientes internados estão entre os indígenas. Neste quesito, é a maior taxa de mortalidade do país – superando as populações parda (40%), negra (36%), amarela (34%) e branca (28%). Vivemos um contexto absolutamente sombrio, sobretudo com a flexibilização da quarentena, e a pandemia pode gerar no Brasil uma situação de genocídio pela completa falta de um plano de ação para enfrentar uma situação cada vez mais dramática.

Conforme levantamento da Articulação dos Povos Indígena do Brasil (Apib) publicado nos mesmos dias da pesquisa, 178 indígenas morreram em decorrência da covid-19. São 1.809 contaminados distribuídos em 78 povos. As organizações indígenas têm se estruturado para contabilizar suas vítimas. São histórias e trajetórias de luta que perderam a batalha para o vírus, mas seguirão sendo contadas para que jamais sejam esquecidas. Já os dados do governo se mostram imprecisos em face de uma metodologia aleatória, desconsiderando indígenas em contexto urbano e consolidando centenas de subnotificações.

Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), além de cobrar das autoridades públicas por suas responsabilidades imediatas e tomar medidas práticas e urgentes, como a distribuição de cestas básicas e insumos sanitários, que o Cimi e outras organizações inclusive têm feito em um esforço solidário, se trata de um quadro que evolui para uma denúncia internacional à Comissão Interamericana de Direitos Humanos contra o governo Bolsonaro de caso flagrante de genocídio, haja vista a forma deliberadamente desorganizada e distraída com que o Poder Executivo trata a pandemia – inclusive barrando recursos.

Os povos indígenas têm demonstrado um grande empenho em manter o isolamento social e praticar autoproteção. Do ponto de vista da assistência, porém, há uma lacuna enorme. O Ministério da Saúde não conseguiu até agora desenvolver um planejamento para combater a pandemia entre os povos indígenas. O movimento indígena indicou caminhos para se estabelecer um plano, incluindo a construção de hospitais de campanha e testagem generalizada, mas nada disso foi levado adiante.

Quando decidiu tomar iniciativas pontuais, se deparou ainda com a completa falta de estrutura: atendimento médico irregular e afastado das aldeias, populações indígenas urbanas lançadas ao colapso do sistema de saúde, falta de saneamento básico nas aldeias, incluindo acesso à água potável, falta de materiais de proteção nos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (Dsei's) e condições frágeis de subsistência, sobretudo em regiões com terras não demarcadas. A fome passou a ser um problema permanente.

A Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), por sua vez, seleciona os indígenas que devem ser assistidos pelo subsistema, não atendendo os indígenas em contexto urbano ou os contabilizando entre os infectados e mortos. Na grande São Paulo, levantamento da equipe do Cimi Regional Sul indica 279 casos entre os indígenas, com três óbitos. Soma-se a isso a baixis-

sima quantidade de testes entre os indígenas, levando muitos a manifestar os sintomas da doença sem a sua confirmação ou se mantendo assintomáticos alheios à presença da doença no organismo.

Por omissão ou racismo institucional, o governo Bolsonaro tenta jogar vidas humanas atingidas pela pandemia para debaixo do tapete com as subnotificações da alta taxa de mortalidade entre os indígenas. Sob risco iminente de genocídio, não permite a obtenção de um quadro completo e detalhado para que se tome medidas sanitárias adequadas. O caso é flagrante e choca a comunidade internacional.

Por omissão ou racismo institucional, o governo Bolsonaro tenta jogar vidas humanas atingidas pela pandemia para debaixo do tapete com as subnotificações ao dissentir da alta taxa de mortalidade entre os indígenas e o risco iminente de genocídio

Ocorre que o governo Bolsonaro não vem demonstrando maiores preocupações. A Fundação Nacional do Índio (Funai) se mantém sem planejamento, tomou posição contrária às barreiras sanitárias feitas pelos povos e fez gastos pífios das verbas emergenciais destinadas ao combate à covid-19 nas aldeias, por volta de 33%. Pouco ou nada também tem feito a respeito das invasões às Terras Indígenas, sobretudo de garimpeiros.

Na Terra Indígena Yanomami, estimativas do Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana dão conta de que 20 mil garimpeiros seguem operando lavras ilegais no interior do território, sendo hoje os principais vetores da doença entre a população indígena que ainda conta com grupos em situação de isolamento voluntário e secularmente alvo de epidemias levadas de forma deliberada por invasores. Um abaixo-assinado circula pedindo a imediata retirada dos garimpeiros.

Enquanto os indígenas lutam pelas suas vidas sem o apoio governamental e tentam afastar a doença das aldeias, ficando nelas e erguendo barreiras sanitárias, os invasores seguem motivados e presentes nas Terras

Indígenas. No Congresso Nacional, seus correlatos que compõem a bancada ruralista tentaram aprovar a MP da Grilagem, que agora se converteu em PL da Grilagem. Tudo em plena pandemia. A incidência religiosa de grupos evangélicos nas Terras Indígenas também é motivo de preocupação, tanto que a Justiça Federal proibiu a entrada destes indivíduos na Terra Indígena Vale do Javari (AM). Em plena pandemia.

Há povos com baixos índices de incidência do vírus e em outros com contaminação generalizada, caso dos Kokama, no Amazonas, região com a maior contabilidade de mortos entre indígenas no país. Os indígenas sequer conseguiam enterrar seus mortos conforme as tradições em Manaus e entorno. Entre os 178 mortos (Apib), mais de 40 vítimas fatais estão entre os Kokama. Em outras regiões, como no Mato Grosso do Sul, a covid-19 chegou à Reserva Indígena de Dourados: são mais de 18 mil indígenas Guarani Kaiowá e Terena vivendo em 3.475 hectares de área. Conforme o Boletim Epidemiológico da Sesai de 30 de maio de 2020, foram confirmados 74 casos de covid-19 no local, aumento de 7.400% em apenas 17 dias. A Terra Indígena Chapecozinho, do povo Kaingang, está em situação semelhante à Reserva de Dourados e saltou, em poucos dias, para 52 infectados.

O Estado se organizou para atender a primeira onda de contaminados, os ricos, garantindo o isolamento social e a urgência de ações. Houve um planejamento minimamente adequado, sobretudo pelos governos estaduais. Mesmo em isolamento, os milionários não perderam seus negócios. Donos de frigoríficos, caso da JBS, seguiram com suas fábricas em funcionamento e com dezenas de funcionários se contaminando, entre eles os indígenas. No Rio Grande do Sul, casos de indígenas Kaingang contaminados se aceleram em função dos trabalhos em unidades frigoríficas. O governo federal decidiu escolher quem salvar e quem assistir.

Agora chegou o momento em que a flexibilização da quarentena começa a ocorrer em diversos estados. Nos hospitais, a faixa mais pobre da população segue sofrendo com a precariedade do sistema público de saúde, que ainda assim tem sido a base fundamental para que uma tragédia ainda maior não evolua. Para o governo cumprir suas responsabilidades, os tribunais vêm sendo acionados. O Ministério Público Federal (MPF) no Mato Grosso do Sul ingressou com ação na Justiça Federal exigindo que a União adquira e distribua equipamentos de proteção individual (EPIs) ao Dsei do estado.

É urgente que o Ministério da Saúde e a Funai garantam o abastecimento de EPI's aos Dsei's, que garantam a chegada de cestas básicas nas aldeias e use os recursos emergenciais para atender as comunidades. Muitas não podem escoar suas produções de agricultura. A diferenciação entre indígenas "aldeados" e "urbanos" segue sendo uma forma de gerar subnotificação e mascarar a realidade da pandemia, tornando-a ainda mais mortífera. Situações como a de Manaus e entorno exigem, por exemplo, hospital de campanha específico para os indígenas.

Em plena pandemia, resta ao governo Bolsonaro agir. Sem muitas expectativas de que isso ocorra, não restará saída ao conjunto das forças indígenas e indigenistas a não ser cobrar na Justiça por ações, como já vem acontecendo, e responsabilizações em sistemas internacionais pelo genocídio que está em curso. ♦

Cimi manifesta preocupação e repúdio ao PLC 17/2020, em tramitação no estado de Mato Grosso

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) encaminhou numa manifestação ao presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho (DEM), no dia 24 de junho, pedindo o arquivamento do Projeto de Lei Complementar (PLC) 17/2020.

O projeto, de autoria do governador estadual, Mauro Mendes (DEM), propõe autorizar o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de fazendas sobrepostas a terras indígenas com demarcação em fase de estudo, delimitadas ou declaradas em Mato Grosso.

No dia 17 de junho, apesar dos apelos de diversas organizações e entidades, a Assembleia Legislativa de MT aprovou o projeto no primeiro turno da votação, realizada em sessão virtual. Com treze votos a favor, dois contra e seis abstenções, a proposta ainda precisa passar pela votação em segundo turno.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) também se manifestou “Entendemos que se apresentam riscos iminentes de sobreposição de propriedades privadas sobre terras indígenas, bens resguardados pelo Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, que são de usufruto exclusivo e inalienáveis destes povos. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Petição No 3.388/RR, sobre a TI Raposa Serra do Sol (Roraima), já expressou o entendimento da Corte sobre o que se configura direito originário dos povos indígenas sobre seus territórios”.

Para o Cimi, ao desconsiderar as terras reivindicadas pelos povos com processos inconclusos, “o PLC 17/2020 legitima a violência e históricos processos de expulsão que levaram alguns povos a não estar na plena posse de seus territórios tradicionais”.

A manifestação salienta que o projeto pode afetar pelo menos cinquenta e duas terras que são reivindicadas pelos povos indígenas no estado de Mato Grosso e ainda aguardam sua demarcação, “além de abrir brechas, inclusive, para a validação de CAR em territórios já regularizados e homologados, o que significaria impactos sobre pelo menos 116 territórios”.

Confira, abaixo, a íntegra da manifestação:



Ritual das mulheres Bororo: PL visa o esbulho das terras indígenas de seus legítimos donos

“A visão consumista do ser humano, incentivada pelos mecanismos da economia globalizada atual, tende a homogeneizar as culturas e a debilitar a imensa variedade cultural, que é um tesouro da humanidade. Por isso, pretender resolver todas as dificuldades através de normativas uniformes ou por intervenções técnicas, leva a negligenciar a complexidade das problemáticas locais, que requerem a participação ativa dos habitantes.”

(Laudato Si, 144)

CNDH oficia Assembleia de Mato Grosso contra PLC 17, que viola direitos dos povos indígenas

Por Conselho Nacional de Direitos Humanos

O Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) oficiou a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso informando que o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 17/2020, que trata do Programa de Regularização Ambiental e Cadastro Ambiental Rural, afronta a Constituição Federal e os tratados internacionais de direitos humanos que versam sobre direitos indígenas e que são parte do ordenamento jurídico brasileiro.

Para o conselho, o projeto proposto pelo governador do estado de Mato Grosso, já aprovado em primeira sessão de votação, nasce com ilegalidades e inconstitucionalidades flagrantes, com vícios formais e materiais. O Ministério Público Federal também já se manifestou destacando os vícios do projeto.

Além disso, o projeto viola a normativa constitucional e internacional dos direitos humanos dos povos indígenas ao não ter realizado consulta livre prévia e informada junto aos povos indígenas potencialmente afetados, etapa necessária para todo e qualquer ato normativo ou administrativo que venha a interferir na vida dos povos indígenas, conforme prescrição da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Para o CNDH, caso aprovada, a lei acirrará o conflito agrário e o favorecimento da ação ilegal de grupos criminosos, com prejuízo imediato para o patrimônio público e para os povos indígenas da região. “Permitir que o Cadastro Ambiental Rural seja emitido em sobreposição a terras indígenas é uma medida que só acarreta retrocesso no âmbito da administração de conflitos no campo”, informa o ofício, que destaca ainda o risco iminente de sobreposição de propriedades privadas a terras indígenas – “as quais são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, sendo este um direito originário extraído direto da Constituição Federal”, conclui o documento. ♦

Manifestação de repúdio ao Projeto de Lei Complementar 17/2020

Ao Sr. Deputado Eduardo Botelho

Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso

O Conselho Indigenista Missionário – Cimi, vem através desta manifestar sua preocupação e repúdio ao Projeto de Lei Complementar número 17/2020, em tramitação na Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Tal PLC autoriza o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de propriedades em sobreposição a terras indígenas no estado, potencializando antigos e não solucionados conflitos que vitimam os povos deste estado. Se aprovado, o Projeto de Lei poderá afetar diretamente pelo menos cinquenta e duas terras reivindicadas pelos povos indígenas de Mato Grosso que apresentam pendências para a finalização do processo demarcatório pela Fundação Nacional do Índio (Funai), além de abrir brechas, inclusive, para a validação de CAR em territórios já regularizados e homologados o que significaria impactos sobre pelo menos 116 territórios.

Na manifestação de diversos ministros do Supremo Tribunal Federal – STF, evidencia-se que, ao tratar de direito originário, a Constituição Federal reconhece que os direitos dos povos indígenas sobre seus territórios “independem da conclusão do procedimento administrativo”. Ao desconsiderar as terras reivindicadas pelos povos com processos inconclusos, portanto, o PLC 17/2020 legitima a violência e históricos processos de expulsão que levaram alguns povos a não estar na plena posse de seus territórios tradicionais.

Lembremos que o governo federal vem buscando implementar o retrocesso no que tange ao direito origi-

nário dos povos indígenas aos seus territórios. Para isso, utilizou a Instrução Normativa 09/2020, que visa legalizar a invasão das terras indígenas, ao passo que os processos de demarcação seguem paralisados. O PLC 17/2020 está em plena sintonia com tal ação inconstitucional da presidência da Funai que com características de improbidade administrativa, busca atender expressamente aos ruralistas, mineradores, garimpeiros e outros históricos invasores dos territórios indígenas.

É importante ainda reafirmar que artigo 231 da Constituição Federal, que lastreia o direito originário dos povos, afirma sua inalienabilidade e imprescritibilidade e que o Artigo 20, XI, da mesma Carta Magna, elenca as terras indígenas enquanto bens da União, o que fundamenta não estar na alçada do estado de Mato Grosso a discussão de tal matéria.

Postos estes elementos e nos somando às vozes dos povos indígenas, organizações indigenistas, ambientalistas e outras organizações da sociedade civil deste estado, instamos pelo arquivamento imediato do Projeto de Lei 17/2020 e que, em sua esfera, o governo estadual e esta Assembleia Legislativa assegurem as ações que garantam o pleno direitos dos povos indígenas aos seus territórios além de sua efetiva proteção.

Atenciosamente,

Dom Roque Paloschi

Presidente do Cimi e Arcebispo de Porto Velho

Ir. Lúcia Giansini – Vice-Presidente

Antônio Eduardo C. Oliveira – Secretário Executivo

Cléber Buzatto – Secretário Adjunto

Incêndio na TI Jaraguá: povo Guarani denuncia negligência do Poder Público

Por **Aleandro Silva, Amanda Signori e Rafael Martins,**
do Regional Sul do Cimi

Um incêndio atingiu parte da Terra Indígena Jaraguá, na zona oeste de São Paulo, no dia 21 de junho. Sem a devida assistência do Estado, coube aos xondaros e xondarias (guerreiros e guerreiras do povo Guarani) o trabalho para conter as chamas que queimaram parte do cemitério Guarani na aldeia Tekoha Itakupe, uma das seis que existem na TI Jaraguá. Nessa aldeia, além de atingir parte do cemitério, o fogo queimou a vegetação nos arredores da nascente, de onde a comunidade canaliza água para as casas da aldeia. Com a tubulação e mangueiras queimadas, o abastecimento foi interrompido.

As lideranças afirmam que por volta das 11 horas iniciaram o combate dos focos de incêndio no território. Conhecendo a mata, os xondaros e xondarias chegaram ao local do incêndio, utilizando galhos de árvores para abafar as chamas. No período da tarde, quatro guardas florestais se somaram aos Guarani no combate às chamas. Contudo, ficaram pouco tempo na mata e foram embora.

Identificando a gravidade da situação, a comunidade realizou diversas ligações para o corpo de bombeiros. Solicitaram também apoio aos apoiadores, por meio das redes sociais, fazendo um apelo para que denunciassem a ocorrência e a demora do Poder Público. Algumas lideranças solicitaram a parlamentares e autoridades que entrassem em contato com o Corpo de Bombeiros e Secretaria Estadual de Segurança, com o intuito de solicitar um helicóptero que pudesse ajudar no combate aos focos de incêndio. Essa era a única alternativa para conter o fogo, devido ao difícil acesso às áreas que estavam incendiadas na floresta densa.

Os bombeiros informaram que não conseguiriam acessar os pontos onde estavam os focos do incêndio. Argumentaram que os soldados não possuíam preparo técnico para o combate a incêndios florestais. Mesmo sabendo que os Guarani já haviam acessado a mata e apagado as chamas em alguns pontos, insistiram em dizer que não poderiam colaborar por terra, e alternativa seria utilizar o helicóptero.

Vale destacar que nas ligações ao Corpo de Bombeiros já havia sido relatado a dificuldade de acesso por terra. “Falamos que era necessário a utilização de um helicóptero, pois os focos estavam em áreas de morro e mata fechada, contudo, os atendentes informaram que essa solicitação só poderia ser atendida após as viaturas de averiguação identificarem a necessidade”, destaca liderança do Jaraguá.

Após diversas articulações com parceiros, apoiadores e alguns parlamentares, já no final da tarde um helicóptero da Secretaria de Segurança Pública foi disponibilizado. A aeronave realizou apenas três lançamentos de água em alguns focos próximos às aldeias. Depois deram prioridade a outros focos que se aproximavam de propriedades residenciais nos arredores da Terra Indígena.

Por volta das 20 horas, uma viatura do Corpo de Bombeiros chegou na aldeia Tekoha Itakupe. Conversaram com algumas lideranças. Após uma discussão com os Guarani, os bombeiros decidiram

“Os bombeiros informaram que não conseguiriam acessar os pontos onde estavam os focos do incêndio.”



O fogo começou na manhã do domingo, 21 de junho, e só foi controlado na madrugada da segunda, 23

destacar alguns homens para auxiliar os xondaros e xondarias que permaneciam na mata, combatendo as chamas.

Durante a conversa, o representante do Corpo de Bombeiros se comprometeu a trazer equipamento de proteção individual (EPI's), e material adequado para apagar o incêndio. A promessa não foi cumprida. Apenas quatro soldados vieram para auxiliar os guardiões da floresta. Minutos depois avançar mata adentro, os bombeiros resolveram recuar, afirmando que não estavam com material adequado para o deslocamento na área. Os Guarani seguiram lutando para apagar as chamas com galhos de árvores. O fogo se alastrou novamente, chegando bem próximo à aldeia. Somente por volta da meia-noite conseguiram controlar o fogo e retornar ao centro da aldeia.

“O fogo chegou no nosso cemitério, espaço sagrado”

No dia seguinte, parte da mata ainda estava em chamas, mas o incêndio foi controlado pelos esforços dos Guarani. Os xondaros e xondarias identificaram a morte de muitos animais como tatu, cobras, aves, esquilos, quatis e muito outros. Todos carbonizados. “O fogo chegou no nosso cemitério, espaço sagrado. Nós nos machucamos, pois quando o vento mudava

“Para a comunidade Guarani é escandaloso não haver uma brigada especializada para o combate a incêndios como esse. Apenas quatro homens da Fundação Florestal foram até o local e permaneceram pouco tempo. A Funai não deslocou ninguém até o local para verificar a situação da comunidade, tão pouco a Sesai.”

o fogo vinha rápido para cima de nós, muito seco, não tem água na região”, afirmou Tiago Karaí Jekupé.

Por meio das redes sociais, algumas lideranças denunciam a omissão por parte do Poder Público, em especial o Governo do Estado de São Paulo, Fundação Florestal, Secretaria Estadual do Meio Ambiente e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que não deram a devida assistência à comunidade e não possuem políticas públicas preventivas em relação a esse tipo de situação, mesmo os incêndios sendo recorrentes na Terra Indígena Jaraguá. “Todos os anos acontecem incêndios nesse período, pois é o período mais seco”, relatam as Guarani.

O Parque Estadual do Jaraguá está sobreposto à Terra Indígena, e tem sua gestão sob responsabilidade da Fundação Florestal, ligada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

Para a comunidade Guarani é escandaloso não haver uma brigada especializada para o combate incêndios como esse. Apenas quatro homens da Fundação Florestal foram até o local e permaneceram pouco tempo tentando combater as chamas. Nem o Corpo de Bombeiros nem a Fundação Florestal disponibilizaram EPI's ou materiais adequados para que os Guarani pudessem combater os focos de incêndio. Por sua vez, a Funai não deslocou ninguém até o local para verificar a situação da comunidade, tão pouco a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).

A Comunidade do Jaraguá cobra do Ministério Público Federal (MPF) que investigue o caso e as responsabilidades do poder público sobre o ocorrido. Também afirmam: “há urgência para que os órgãos responsáveis construam uma política pública efetiva de prevenção e combate aos incêndios”.

O fogo foi controlado pelos esforços dos xondaros e xondarias que, como verdadeiros guardiões e guardiãs da floresta, que não hesitaram em arriscar a própria vida para defender o seu Yvyrupa (território), e toda biodiversidade presente em uma das poucas áreas que ainda resta da Mata Atlântica. ♦

Dos frigoríficos às plantações de cana: como o agronegócio expôs indígenas à covid-19

Por **Nataly Foscachés** e **Tatiane Klein**, *Repórter Brasil*

Por conta da pandemia de covid-19, a indígena Erileide Domingues passa a maior parte do dia na entrada da aldeia controlando o fluxo de pessoas, com a difícil missão de manter a comunidade isolada. Em 6 de junho, ela até conseguiu barrar a entrada de um ‘patrício’ que queria arrematar mão de obra para o trabalho na cana-de-açúcar. No entanto, o que ela e outros indígenas que trabalham nas barreiras sanitárias de cerca de 20 aldeias dos povos guarani e kaiowá não conseguem impedir é a saída dos trabalhadores indígenas, que não têm alternativa a não ser deixar a comunidade para trabalhar nas plantações ou em terceirizadas do agronegócio.

“Alguns saem para trabalhar... Se estiver contaminado, volta e acaba contagiando seis ou doze pessoas que estão dentro de casa”, conta Erileide, explicando por que as lideranças defendem, desde o início da pandemia, o afastamento temporário dos trabalhadores indígenas, tanto das lavouras quanto dos frigoríficos.

Foi o agronegócio o principal responsável pela entrada do vírus em diversas aldeias do Mato Grosso do Sul. Na Reserva Indígena de Dourados – onde a primeira morte foi registrada na semana passada –, a doença entrou por meio de uma funcionária indígena de um frigorífico da JBS. Já em Caarapó, os dois primeiros infectados na aldeia Te’y’ikue eram trabalhadores da cana-de-açúcar, conforme apurou a *Repórter Brasil*. E, agora, o padrão começa a se repetir no oeste do Paraná. Os dois primeiros casos de covid-19 na aldeia guarani de Oco’y também eram de trabalhadores indígenas: dois funcionários de uma empresa do setor frigorífico.

Em todos estes episódios, procuradores do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho intervieram, seja fiscalizando, seja cobrando medidas de segurança das empresas – e, em alguns casos, pedindo o afastamento dos funcionários indígenas. Grandes grupos, como JBS e Raízen, chegaram a afastar seus trabalhadores indígenas após a confirmação dos primeiros contaminados. O problema, no entanto, é que as companhias demoraram a atuar ou tomaram medidas pouco efetivas, segundo especialistas e lideranças indígenas ouvidos pela *Repórter Brasil*.

Informações obtidas pela reportagem junto a funcionários do frigorífico de Dourados mostram que, no início da pandemia, os ônibus que faziam o transporte dos trabalhadores eram pequenos e seguiam cheios. “Todo mundo sentava junto”, afirma um trabalhador indígena, que preferiu não se identificar. Ele também diz que havia muitos funcionários próximos uns dos outros na sala de corte. “Lá divide paleta, pernil e barriga. Duas filas [de trabalhadores] na paleta, duas filas no pernil e duas filas na barriga”.

“Desde o começo deveriam ter feito testagem massiva dentro da JBS”, avalia o médico polo-base de Dourados, Zelik Trajber. O médico da Fundação Oswaldo Cruz, Paulo Basta, concorda: “Assim como existem recomendações especiais para idosos, as populações indígenas também deveriam ser tratadas de maneira diferenciada”, afirma, ressaltando que as empresas deveriam ter afastado rapidamente todos os trabalhadores indígenas.

Algumas empresas vêm se adequando, caso da gigante da carne, mas companhias de menor porte tiveram dificuldades de tomar medidas de prevenção. Apuração feita pela *Repórter Brasil* revela que cerca de 190 trabalhadores que vivem na reserva de Dourados foram demitidos pela empresa Monteiro Mecanização Agrícola, em junho, após



Servidor da prefeitura de Dourados mede temperatura das pessoas como forma de controlar a disseminação do novo coronavírus – já são quase 2 mil casos confirmados na cidade

Com 1ª morte de indígena confirmada na Reserva Indígena de Dourados, contágio de trabalhadores guarani pelo coronavírus começou em frigorífico da JBS, mas continua colocando em risco outras comunidades por conta do trabalho fora das aldeias. Empresas grandes afastaram funcionários indígenas, mas, para especialistas, demoraram a agir

terem sido impedidos de retornar às plantações de cana. “Quem vai matar é a fome, não é a doença”, afirma um indígena que não quis se identificar.

Além das demissões, fontes ouvidas pela reportagem denunciaram que empresas pequenas no setor da cana também demoraram a tomar medidas de distanciamento nos “rurais”, os ônibus que transportam os indígenas às lavouras. O Ministério Público do Trabalho chegou a cobrar, em 8 de junho, informações de pelo menos três companhias do setor da cana – Rio Amambai, M.S. Rocha e Monteiro Mecanização Agrícola – sobre as medidas adotadas para a contenção do novo coronavírus entre os trabalhadores indígenas.

Procurada pela *Repórter Brasil*, a Usina Rio Amambai afirma que “não possui atualmente prestadoras de serviços que empregam mão-de-obra indígena”. A Monteiro Mecanização Agrícola e M.S. Rocha não responderam aos contatos da reportagem, mas a segunda empresa já apresentou seu plano de contingência ao MPT.

A JBS afirma que vem adotando medidas e que “a proteção de seus colaboradores sempre foi o principal objetivo e prioridade absoluta”. Em relação aos funcionários indígenas, a multinacional alega que todos os colaboradores kaiowá e guarani foram afastados à medida que os casos de covid-19 foram aumentando. A Raízen também informou que “afastou tempora-

riamente, desde o dia 14 de maio, os 200 funcionários indígenas que atuavam nas atividades agrícolas e testou esses profissionais proativamente”.

‘Quem será responsabilizado?’

Para Tônico Benites, antropólogo indígena e membro da Aty Guasu, grande assembleia dos povos kaiowá e guarani, houve descaso da JBS com as comunidades indígenas. Ele quer que empresas e governo federal sejam responsabilizados pelo contágio e está acionando o Ministério Público Federal neste sentido. A Comissão Guarani Yvyrupa também registrou denúncia junto ao MPT e ao MPF, cobrando medidas de proteção para os trabalhadores indígenas e as comunidades guarani.

“Já sabiam que isso iria acontecer, mas não se prepararam para combater essa ameaça de morte que estava chegando”, denuncia Benites. Em uma carta publicada em dia 17 de maio, conselheiros da Aty Guasu demandaram medidas urgentes de atenção à saúde para combater a pandemia e questionaram: “Quem será responsabilizado pela morte do nosso povo?”.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (CNTA), Artur Bueno de Camargo, embora os cuidados adotados pelas empresas tenham sido importantes, eles não foram suficientes para conter a disseminação da covid-19 nos frigoríficos, já que não evitam a aglomeração de pessoas, especialmente na sala de cortes. “Fica todo mundo curando em volta da ferida, mas parece que ninguém quer realmente cuidar da ferida”, argumenta.

A recomendação da confederação, desde o início da pandemia, era a reduzir o número de trabalhadores pela metade por turno. A entidade chegou a enviar essa proposta às empresas, a parlamentares, ao Supremo Tribunal Federal e aos ministérios. Porém, não houve interesse.

Hoje, a JBS segue as recomendações do MPT, que são o uso de máscaras, distanciamento de 1,8 metro entre funcionários, escalonamento de empregados por horários de entrada e saída nos refeitórios e vestiários, limpeza regular das superfícies de trabalho e o afastamento dos empregados contaminados. Mas não

houve o escalonamento dos trabalhadores em diferentes turnos de trabalho.

“Eu até entendo que não dá para entrar muito em conflito com a JBS, porque eles estão se dispondo a bancar determinadas situações”, analisa o médico Zelik Trajber, referindo-se a algumas medidas adotadas pela gigante da carne. Segundo o MPT, após a contaminação da primeira funcionária indígena no frigorífico de Dourados, a JBS se comprometeu a manter o local onde os indígenas estão fazendo isolamento, cedido pela Arquidiocese da cidade, fazendo a limpeza, o fornecimento de materiais de higiene e oferecendo quatro refeições diárias aos pacientes. A empresa também se comprometeu a financiar a criação de 21 leitos no hospital Porta da Esperança, mantido pela Missão Evangélica Caiuá, em Dourados.

Mão de obra disponível

Com aldeias populosas e sem o rápido afastamento dos indígenas que são a força de trabalho do agronegócio no Mato Grosso do Sul, o coronavírus encontrou o cenário perfeito para se disseminar rapidamente. Ao contrário de aldeias da Amazônia, as comunidades guarani e kaiowá são próximas a centros urbanos ou a plantações e a frigoríficos. Muitos deles trabalham em atividades consideradas essenciais, como coleta de lixo, na área de saúde e também no agronegócio. A única medida que teria evitado levar o vírus às aldeias teria sido o afastamento preventivo desses trabalhadores indígenas.

Apesar do rápido contágio nas aldeias, a exploração do trabalho guarani na pandemia deve persistir nas superlotadas reservas indígenas, criadas no início do século passado. “É a mesma ideia da época do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais [ex-Funai], que criou as reservas para serem depósitos de mão de obra disponível a qualquer momento”, critica o procurador da República em Dourados (MS), Marco Antônio Delfino de Almeida.

Além do coronavírus, o trabalho no agronegócio trouxe outro problema de saúde aos indígenas do Mato Grosso do Sul. Estudos conduzidos por pesquisadores da Fiocruz comprovam que os indígenas do Estado registram, ano a ano, os mais altos índices de infecção por tuberculose de toda a população brasileira, e que o trabalho nas lavouras de cana é o que levou a essa alta incidência entre os guarani kaiowá e guarani ñandeva.

A vulnerabilidade desses povos à covid-19 se agrava com o desmonte das políticas de saúde indígena e a desastrosa condução das ações pelo governo durante a pandemia. “Os povos indígenas foram muito afetados pela descontinuidade no Ministério da Saúde”, critica o procurador Delfino de Almeida, que ajuizou uma ação civil para obrigar a Secretaria Especial de Saúde Indígena, do



Mulheres Guarani e Kaiowá protestam em frente ao Supremo Tribunal Federal

Ministério da Saúde, a fazer o mínimo frente à covid-19: entregar equipamentos de proteção às equipes de saúde que atendem os guarani em Dourados.

A região de Dourados tornou-se o epicentro da pandemia no estado, com quase 2.000 infectados, dos quais 136 são indígenas, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Desse total de contaminados indígenas, 33 são empregados do frigorífico da JBS, conforme informou o MPT. “90% dos casos em Dourados estão relacionados [direta ou indiretamente] à JBS”, afirma Delfino de Almeida; o próprio secretário estadual da saúde de Mato Grosso do Sul, Geraldo Resende, admitiu, segundo o G1, que o surto de casos de covid-19 em Dourados teve origem em um dos frigoríficos da região.

Além do coronavírus, o trabalho no agronegócio trouxe outro problema de saúde. Estudos da Fiocruz comprovam que os indígenas do Estado registram, ano a ano, os mais altos índices de infecção por tuberculose de toda a população brasileira, e que o trabalho nas lavouras de cana é o que levou a essa alta incidência entre os guarani kaiowá e guarani ñandeva



Na Reserva Indígena de Dourados, a primeira morte por covid-19 foi confirmada na última quinta-feira (18)

Dos frigoríficos às aldeias

Para Ernesto Galindo, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), os frigoríficos se tornaram principais vetores de disseminação da doença no Mato Grosso do Sul e no oeste do Paraná por provocarem o deslocamento de trabalhadores entre diferentes municípios e aldeias. “Os epidemiologistas se preocupam com o contágio no contato de pessoa a pessoa; a gente, com o contágio de uma aldeia para outra”, diz ele, que estudou a proximidade entre Terras Indígenas e os frigoríficos no Centro Sul, além do deslocamento intermunicipal dos trabalhadores entre cidades. E a conclusão é a de que o número de casos de covid-19 é maior quanto mais perto estiver dos abatedouros (veja mapa).

Além de Dourados, onde o contágio se espalhou rapidamente entre os funcionários da JBS, na cidade de Guia Lopes da Laguna, 90% dos casos de covid-19 tiveram relação direta com o frigorífico Brasil Global, segundo informações da Secretaria Municipal de Saúde. No dia 8 de maio, a fábrica suspendeu suas atividades após cinco funcionários testarem positivo. Segundo o MPT, 109 empregados da Brasil Global tiveram diagnóstico positivo para a covid-19. Já em Bonito (MS), o frigorífico Franca Comércio Alimentos também paralisou temporariamente o trabalho em sua fábrica após 30 casos de coronavírus.

Também no Rio Grande do Sul, diversos frigoríficos foram interditados por conta da rápida disseminação do vírus no ambiente de trabalho. Segundo dados do dia 23 de junho do MPT-RS, trabalhadores de abatedouros equivalem a 25% do total dos casos oficiais da covid-19 no Estado. Essa situação ocorre justamente devido à concentração e à proximidade dos trabalhadores dentro dos frigoríficos, conforme explica o procurador do MPT de Mato Grosso do Sul, Jeferson Pereira.

Enquanto os frigoríficos se revelam como um dos principais vetores de contágio no país, a produção desses abatedouros têm registrado aumento na produção. A agropecuária apresentou crescimento de 0,6% no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao quarto trimestre de 2019, conforme últimos dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor foi o único da atividade econômica nacional a crescer no período analisado, principalmente por conta do desempenho da pecuária, das lavouras e do aumento de 17,5% na exportação, de acordo com dados publicados em março pelo Ministério da Agricultura.

O abate de aves e suínos atingiu valores recordes no primeiro trimestre de 2020, segundo o IBGE. O abatimento de frangos cresceu 5% nos primeiros três meses do ano e superou o maior volume da série histórica, iniciada em 1987. Já o número de cabeças de suínos foi 5,2% superior ao mesmo período no ano passado. “Com essa produção, é impossível manter o distanciamento social”, analisa o presidente da CNTA, Artur Bueno de Camargo. ♦

Com apenas 0,02% do orçamento da União, valor gasto pela Funai até junho é o mais baixo em dez anos

O valor gasto pela Funai nos cinco primeiros meses de 2020 é o mais baixo dos últimos dez anos, em valores reais. Em entrevista, a assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Alessandra Cardoso analisa a crítica situação orçamentária da Funai

Por Renato Santana e Tiago Miotto, da Assessoria de Comunicação – Cimi

O orçamento total da Fundação Nacional do Índio (Funai) para este ano representa 0,02% do orçamento da União, que é de R\$ 3,6 trilhões. Os recursos destinados ao órgão indigenista nunca foram suficientes para dar conta da demanda, e a cada ano são reduzidos ainda mais. Com a pandemia do novo coronavírus, a defasagem se somou à baixa execução orçamentária para aprofundar as dificuldades vividas pelos povos indígenas em seus territórios.

O valor gasto pela Funai nos cinco primeiros meses de 2020 é o mais baixo dos últimos dez anos, em valores reais: R\$ 189 milhões, segundo os dados da plataforma Siga Brasil, do Senado. O orçamento autorizado para o órgão, neste ano, é de R\$ 640 milhões para todas as suas despesas – de pagamento de pessoal e previdência a ações como demarcação de terras e proteção dos direitos indígenas.

Embora o percentual executado entre janeiro e maio esteja dentro da média para o período, o fato de que o valor gasto é o mais baixo em dez anos reflete o contínuo estrangulamento do órgão no último período. Essa situação pode ser verificada também em relação ao orçamento de uma das principais atribuições da Funai, que diz respeito à proteção e à regularização dos territórios dos povos indígenas do Brasil.

Até junho, a Funai gastou apenas R\$ 2,1 milhões dos R\$ 20,4 milhões reais destinados à regularização, demarcação e fiscalização de terras e proteção dos povos indígenas isolados, o que equivale a aproximadamente 10,5% do orçamento disponível.

Se mantido o ritmo verificado nos primeiros cinco meses do ano, até o final de 2020 o órgão terá executado cerca de um quarto do valor destinado para estas ações.

O mesmo ocorre com o orçamento para demarcação e regularização de terras indígenas. Além do menor montante dos últimos dez anos, com apenas R\$ 7,1 milhões, a atividade teve a mais baixa execução entre janeiro e maio desde 2011: R\$ 84,7 mil, o que representa inacreditáveis 1,18% do já pequeno valor autorizado.

R\$ 6 mil por ação de fiscalização

Diversos povos indígenas têm denunciado a presença de invasores em seus territórios e cobrado dos órgãos públicos medidas de fiscalização e coação contra os invasores. Sob a pandemia, a devastação ambiental e os conflitos ocasionados pela presença de madeireiros, garimpeiros e fazendeiros em terras indígenas somam-se ao risco real de contaminação das populações indígenas pelo coronavírus, como vêm denunciando os Yanomami.

Apesar das diversas denúncias feitas pelos povos indígenas e dos riscos ampliados pela covid-19, somente R\$ 823 mil dos R\$ 6,6 milhões autorizados para ações de fiscalização de terras indígenas foram gastos nos primeiros cinco meses do ano – pouco mais de 12% do baixo valor disponível.



A Apib decidiu ir ao STF com uma ação para garantir que a Funai utilize os recursos para combater a covid-19. Na foto, protesto de 2017 na frente do STF

“A Funai sempre foi um órgão com insuficiente capacidade orçamentária. O problema não é orçamentário ou de grandeza, é de ordem política”

Segundo a Funai, o montante executado até o início de junho resultou na “participação em 136 ações de fiscalização em 63 terras indígenas”. Isso significa que, em média, foram gastos cerca de R\$ 6.050 por ação de fiscalização – ou R\$ 13.060 por terra indígena fiscalizada.

“A baixa execução dessas ações, em específico, tem a ver com uma escolha política do governo, que tenta a todo custo acabar com as demarcações e para quem a fiscalização atrapalha”, avalia Leila Saraiva, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). “As ordens que vêm de cima na Funai são mesmo para que essa ação não saia do papel. Ao mesmo tempo, pouco pessoal e com pouca competência técnica também contribuem para que o pouco recurso alocado não seja utilizado”.

A Funai sempre foi um órgão com insuficiente capacidade orçamentária, explica Alessandra Cardoso, também assessora política do Inesc. “O problema não é técnico e também não é financeiro, ele é eminentemente político”, analisa.

A baixa execução orçamentária para ações de defesa dos territórios indígenas que se verifica nos anos de 2019 e 2020 podem ser melhor entendidas se avaliada em conjunto com outras iniciativas do órgão, como a Instrução Normativa 09/2020, que permite a certificação de propriedades particulares dentro de terras indígenas cuja demarcação não está concluída, aponta o secretário executivo do Cimi, Antônio Eduardo de Oliveira.

“O empenho da Funai na aplicação do seu orçamento, principalmente em 2019 e 2020, demonstra descaso e um total descompromisso para com os direitos indígenas no Brasil. Isso vem de acordo com uma postura política do atual governo de desrespeito, preconceito e que tem gerado violência contra os povos indígenas no Brasil e contra a Constituição brasileira”, afirma Oliveira.

“Faltam ações para a regularização dos territórios, que está completamente paralisada, apesar das imensas dificuldades que os povos estão tendo e da reivindicação que eles têm feito para que essas ações tenham continuidade. Na verdade, existem ações da Funai no rumo contrário, como a retirada dos servidores públicos das áreas não regularizadas, a desistência de ações judiciais, a Instrução Normativa 09. Ou seja, a Funai foi totalmente aparelhada pelo agronegócio, que está tomando seus setores estratégicos. O órgão passou a fazer a defesa do agronegócio predador e não a defesa dos direitos indígenas”, crítica.

Combate à pandemia

Desde o início da pandemia, a covid-19 já matou 324 indígenas, contaminou 4185 e atingiu 110 povos, conforme levantamento da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e dados divulgados pela Sesai. Com 36 óbitos para cada cem mil pessoas, a doença já atingiu uma mortalidade 50% maior entre os povos indígenas do que entre a população em geral, onde a mortalidade é de 24 para cada cem mil. Um estudo da Fiocruz aponta que 48% dos indígenas que buscam atendimento hospitalar acabam morrendo – a maior proporção do país (Fiocruz).

Para o novo Relator Especial das Nações Unidas para os Direitos dos Povos Indígenas, José Francisco Cali Tzay, o desafio de lidar com a pandemia entre os povos indígenas vai muito além de combater apenas a sua doença. Trata-se, sobretudo, de prevenir o que a potencializa.

“Os povos indígenas que perdem suas terras e meios de subsistência são empurrados para uma maior pobreza, taxas mais altas de desnutrição, falta de acesso à água potável e saneamento, assim como a exclusão de serviços médicos, que, por sua vez, os torna particularmente vulneráveis a doenças”, declarou.

Nos três meses decorridos desde a declaração da pandemia de covid-19 pela OMS, segundo dados da plataforma Siga Brasil, a Funai executou R\$ 6,2 milhões do total de R\$ 23 milhões de reais de que o órgão dispõe para ações de combate à pandemia e proteção dos povos indígenas.

Deste total, R\$ 18,3 milhões vieram de suplementações orçamentárias determinadas pelas Medidas Provisórias (MPs) 942 e 965, editadas pelo governo federal em abril e maio para estabelecer ações emergenciais para o combate ao coronavírus. Outros R\$ 4,7 milhões foram deslocados pelo próprio órgão para medidas deste tipo.

Nestes três meses, apenas 27% do valor destinado a ações de enfrentamento de emergência ao coronavírus foram efetivamente gastos, especialmente em gêneros de alimentação (R\$ 3 milhões), material de limpeza e produtos de higienização (R\$ 570 mil) e pagamento de diárias (R\$ 391 mil).

A Funai informa, por outro lado, que já investiu R\$ 20,7 milhões em ações de combate à covid-19. Segundo o órgão, o valor teria sido gasto em ações como distribuição de materiais de higiene e limpeza e a entrega de cestas básicas, realizada em parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).



Os povos indígenas realizam inúmeras incidências em Brasília atrás da efetivação de seus direitos, que hoje esbarram no sucateamento da Funai e seu orçamento

“Temos como desafio não apenas conter o máximo a chegada do vírus nas aldeias, mas também lidar com as invasões dos territórios, a falta de saneamento, acesso à água”



Até junho, a Funai gastou apenas R\$ 2,1 milhões dos R\$ 20,4 milhões reais destinados à regularização, demarcação e fiscalização de terras e proteção dos povos indígenas isolado

Aquisição de veículos

Chama atenção o fato de que o segundo montante mais alto do recurso recebido do governo federal para o combate à covid-19 entre os povos indígenas foi empenhado pela Funai na aquisição de veículos.

Ao todo, conforme os dados do Siga Brasil, R\$ 2,7 milhões de reais oriundos do recurso disponibilizado ao órgão via medida provisória foram destinados à compra de veículos para as coordenações regionais nos estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Roraima, Bahia e Acre.

Em abril, o jornal O Estado de São Paulo noticiou a aquisição de oito picapes pela Funai, com preços individuais de R\$ 131 e R\$ 138 mil. Em nota, a Funai respondeu que os recursos do aporte orçamentário “serão utilizados para diferentes fins”, como a compra emergencial de alimentos, o deslocamento de equipes às Frentes de Proteção das terras indígenas e a “aquisição de veículos e embarcações” para transportar servidores e indígenas até aldeias e unidades de saúde.

Na avaliação de Leila Saraiva, esta medida pode ser entendida como um indício da situação de desmonte vivenciada pelo órgão. “A Funai precisa de pessoal qualificado para que esse recurso chegue na ponta, e também de infraestrutura”, aponta a assessora política do Inesc. “Como a Funai vai circular nas aldeias, se não tem carro? Acho que isso só demonstra que o órgão está sem equipamento de trabalho faz tempo”.

“Temos como desafio não apenas conter o máximo possível a chegada do vírus nas aldeias e comunidades, mas também lidar com as invasões dos territórios, a falta de saneamento, acesso à água. São problemas antigos, mas que nesse momento pioram muito o enfrentamento à covid-19”, diz Dinamã Tuxá, da coordenação executiva da Apib.

Covid-19

Origem	Autorizado (R\$)	Empenhado (R\$)	Liquidado (R\$)	% Empenhado	Liquidado (R\$)
CV19 - recurso próprio	4.690.000,00	3.698.965,14	1.605.292,09	78,87%	34,23%
21CO na Funai (MP 942 e MP 965)	18.340.000,00	10.644.551,63	4.633.316,33	58,04%	25,26%
Total	23.030.000,00	14.343.516,77	6.238.608,42	62,28%	27,09%

Fiscalização - janeiro a maio

Ano	Autorizado (IPCA)	Liquidado (IPCA)	%
2012	13.571.530,42	1.777.136,68	13,09%
2013	11.696.658,64	3.232.213,18	27,63%
2014	9.386.347,66	2.467.006,30	26,28%
2015	8.822.993,82	968.009,34	10,97%
2016	4.947.774,84	1.902.752,07	38,46%
2017	4.147.775,00	831.848,57	20,06%
2018	25.572.380,17	806.062,57	3,15%
2019	12.857.461,21	433.935,29	3,37%
2020	6.607.427,18	822.810,15	12,45%

Demarcação - janeiro a maio

Ano	Autorizado (IPCA)	Liquidado (IPCA)
2011	34.778.389,13	6.015.323,56
2012	32.540.028,34	2.430.704,20
2013	34.543.616,56	1.654.390,75
2014	30.210.310,06	2.448.787,77
2015	24.863.772,83	547.994,39
2016	12.061.274,25	839.789,96
2017	10.091.115,63	508.497,67
2018	12.963.085,53	324.043,33
2019	14.554.854,00	342.703,83
2020	7.154.612,78	84.733,69

Funai geral - janeiro a maio

Ano	Autorizado (IPCA)	Liquidado (IPCA)	% liquidado
2011	869.934.538,26	249.263.744,23	29%
2012	866.693.704,15	252.403.789,91	29%
2013	922.114.014,93	252.550.565,47	27%
2014	830.117.532,67	244.907.798,10	30%
2015	834.248.350,46	219.830.348,77	26%
2016	624.394.270,55	201.191.712,39	32%
2017	620.449.864,69	207.018.990,76	33%
2018	718.003.018,86	212.918.953,69	30%
2019	670.685.874,81	195.388.890,93	29%
2020	640.569.346,74	188.910.950,02	29%

ENTREVISTA - Alessandra Cardoso, do Inesc

Orçamento da Funai: “O problema não é técnico nem financeiro, ele é eminentemente político”

Nos cinco primeiros meses de 2020, a Fundação Nacional do Índio (Funai) executou o menor volume de recursos dos últimos dez anos, em valores corrigidos pela inflação. O mesmo ocorreu com o orçamento destinado à demarcação de terras indígenas, que além de receber mais baixo valor desde 2011, teve também a menor execução no período: apenas R\$ 84 mil gastos entre janeiro e maio, ou 1,18% do valor disponível para ações deste tipo.

A insuficiência orçamentária do órgão indigenista oficial, entretanto, não é um problema recente: ele é histórico, embora tenha sido aprofundado pelo caráter anti-indígena do atual governo e se tornou ainda mais evidente em função da pandemia de covid-19, que já atinge aldeias em todo o país e encontra os povos indígenas praticamente desassistidos.

Para a assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Alessandra Cardoso, questões que afetam a Funai não são técnicas ou financeiras, mas políticas – a ponto de não haver, por parte do governo federal, uma estimativa real de qual deveria ser o orçamento necessário para que a Funai seja capaz de cumprir com suas atribuições constitucionais.

“Caso houvesse decisão política, essa medida do quanto é necessário poderia ser feita”, avalia. “Precisamos lembrar que demarcar as terras indígenas e garantir aos povos indígenas as condições para que possam sobreviver nas suas terras, preservando suas culturas e modos de vida, implica em barrar interesses privados poderosos que buscam a exploração de recursos que hoje estão fora do mercado”.

Confira, a seguir, a entrevista com a assessora política do Inesc.

A capacidade orçamentária da Funai vem caindo nos últimos anos, sobretudo com o Teto dos Gastos, a ponto de não conseguir recuperar sua capacidade. O que a baixa execução deste orçamento já insuficiente pode gerar na estrutura da Funai?

Alessandra Cardoso: A Funai sempre foi um órgão com insuficiente capacidade orçamentária. É difícil afirmar o que seria um orçamento suficiente para dotar o órgão de capacidade de atuação, frente ao que é o papel definido no seu estatuto e para cumprir a lei, como obriga a Constituição de 1988. Caso houvesse decisão política, essa medida do quanto é necessário poderia ser feita.

Quanto seria hoje necessário, do ponto de vista orçamentário, para concluir os processos de demarcação

das terras indígenas? Quanto seria necessário para estruturar a Funai de modo que ela tivesse uma presença mais firme nos territórios, nas suas Coordenações Regionais e Frentes de Proteção Etnoambiental, ou seja, para conduzir a política indigenista junto dos povos e comunidades indígenas? Quanto seria necessário para apoiar projetos de etnodesenvolvimento que já estão em curso e poderiam ser criados para fortalecer uma economia indígena que possui um alto valor agregado, em termos culturais e ambientais?

Estas perguntas me parecem importantes para que possamos não só denunciar o orçamento criminoso da Funai, mas para mostrar que o problema não é técnico e também não é financeiro, ele é eminentemente político.

Hoje o orçamento da Funai representa 0,02% do orçamento da União. Em termos comparativos, o que o governo federal concede de subsídios à Petrobrás e petroleiras estrangeiras para extração do petróleo brasileiro é da ordem de R\$ 20 bilhões anuais, ou seja, um valor 33 vezes maior do que o orçamento anual da Funai. A conta pode parecer meio absurda, mas ela dá uma dimensão de que o problema não é orçamentário ou de grandeza, é de ordem política.

Precisamos lembrar que demarcar as terras indígenas e garantir aos povos indígenas as condições para que possam sobreviver nas suas terras, preservando suas culturas e modos de vida, implica em barrar interesses privados poderosos que buscam a exploração de recursos que hoje estão fora do mercado.

Recentemente o presidente da Funai disse em uma reunião com a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Indígenas que o órgão indigenista tinha um déficit de 3 mil servidores. Essa problemática orçamentária pode apontar para mais anos de dificuldades?

Alessandra Cardoso: Esta pergunta é interessante porque é o próprio presidente do órgão, que está alinhado à ideia de uma Funai que opera no seu mínimo possível, dizendo que o déficit de pessoal é gigante.

Hoje a Funai possui, conforme cadastro de pessoal do governo federal, 2.623 pessoas lotadas no órgão. Ou

seja, pelo que diz próprio presidente, a Funai teria que mais que dobrar seus recursos humanos e quase dobrar seu orçamento somente para cobrir o déficit de pessoal.

Vivemos uma pandemia que no Brasil se viu intensificada. Quando falamos em orçamento e execução baixos, como isso impacta na estrutura do órgão para se fazer as ações necessárias de combate ao vírus nas comunidades indígenas?

Alessandra Cardoso: É uma tragédia mais que anunciada, pois não pensávamos na possibilidade de uma pandemia nestas proporções. Embora a saúde indígena tenha hoje um modelo interessante de atendimento diferenciado, ela já mostrava sua fragilidade antes da pandemia e agora o que vemos é que a esta fragilidade se soma um Sistema Único de Saúde que, embora muito importante e melhor do que muitos outros países, é insuficiente para garantir o atendimento no geral e ainda mais da população indígena. Se ao longo dos anos o modelo de saúde indígena diferenciado tivesse sido fortalecido, a situação que estamos vendo hoje poderia ser menos dramática.

Como um orçamento, no caso o da Funai, que é o nosso caso exemplar, é definido?

Alessandra Cardoso: O Teto dos Gastos, em curso desde 2017, impôs o congelamento dos gastos primários para todos os poderes. Isto significa que o congelamento não é por órgão, mas por poder. Ou seja, a Funai poderia ter seu orçamento dobrado, por exemplo, sem que isto implicasse mudança no Teto. Ocorre que a orientação política/legal para congelar o orçamento acaba sendo repassada a todos os órgãos e, ano após ano, a Funai, no caso, segue com seu orçamento engessado. Normalmente, o número indicado para o orçamento a cada ano tem como base o que se tinha de dotação e o que se gastou no ano anterior.

Desta forma, em linhas gerais, e dada sua estrutura precária de pessoal, o orçamento segue sendo estrangulado ano após ano. Outro elemento que destacaria é que uma parte importante da dotação orçamentária da Funai para as ações finalísticas (quer dizer, para além do que se gasta com pessoa e estrutura) é feita com base em decisões judiciais que exigem que o governo pague, por exemplo, indenizações relativas a processos de demarcação.

Mas, no geral, o orçamento é mantido nos mesmos patamares ano após ano, e nestes casos, como o que ocorreu em 2019, isto acaba tornando ainda mais reduzido os recursos para as demais ações e atividades do órgão, a exemplo da fiscalização. ♦

Assine o
PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul
Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655
SKYPE: Adm Jornal Porantim
www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

“Não sabemos até quando vamos continuar resistindo e existindo”,

afirma indígena após tekoha sofrer novos ataques a tiros

Por **Adi Spezia**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Nem mesmo a pandemia tem inibido os ataques e agressões contra o tekoha Y’hovy, em Guaíra, oeste do Paraná. Em menos de uma semana, os Avá-Guarani sofreram dois ataques a tiros, disparados em pelos menos três pontos diferentes da aldeia que compõe a Terra Indígena Tekoha Guasu Guavirá.

Na noite de 28 de maio, um carro que passava pela avenida Martin Luther King, em frente ao tekoha Y’hovy, no sentido de Guaíra para a Vila Eletrosul, efetuou vários disparos de arma de fogo em direção à aldeia. “No começo da aldeia dispararam uma sequência de tiros, outra sequência na entrada e depois no final da aldeia. Passado uns 10 minutos, o carro voltou da Vila em direção à cidade, e novamente efetuou vários disparos nos mesmos pontos”, relata o cacique Ilson Soares.

Três dias depois, a comunidade indígena sofre novo ataque. Indivíduos em um carro preto disparam contra a aldeia e partiram em alta velocidade rumo à cidade de Guaíra. Apesar da apreensão da comunidade, ninguém ficou ferido nos ataques.

Os Avá-Guarani revelam a insegurança diante da atual conjuntura de pandemia e negação dos direitos indígenas. Recolhidos no tekoha, cumprindo as orientações dos órgãos de saúde e as normativas da quarentena, o povo segue isolado. “Não mexemos com ninguém, não provocamos ninguém. Estamos isolados antes mesmo da pandemia, a gente sempre esteve isolado da sociedade vizinha. Por racismo e preconceito eles têm nos tratado como inimigos”, desabafa o cacique Ilson.

Sem saber quem efetuou os disparos, os Avá-Guarani chamaram a polícia, registraram um Boletim de Ocorrência e estão mantendo distância da rua e da entrada do território para que não sejam surpreendidos por um novo ataque. Isso porque o tekoha Y’hovy tem um longo histórico de ataques.

Nos últimos meses, a TI Tekoha Guasu Guavirá registrou várias tentativas de atropelamento, uma delas deixou ferido um indígena. Duas tentativas de assassinatos, uma

Manifestação pela demarcação das terras tradicionais Avá-Guarani, em Guaíra



terceira resultou na morte de Virgínio Tupa Rero Jevy Benites Avá-Guarani. Duas invasões à Terra Indígena e agressões a pedradas, relata Ilson. Ameaças de morte, atendimento de saúde preconizado e a omissão do Poder Público fazem parte da realidade dos Avá-Guarani.

As agressões estão relacionadas a não demarcação do território tradicional dos povos Avá-Guarani e Guarani Mbya, agravadas com a revogação da demarcação em Guaíra e Terra Roxa e a anulação do relatório de identificação e delimitação da TI Tekoha Guasu Guavirá, que compreende 14 aldeias Avá-Guarani localizadas em ambas as cidades.

A sentença foi proferida em fevereiro deste ano pelo juiz Federal Gustavo Chies Cignachi, que determinou a suspensão de qualquer ato de demarcação de terras indígenas nos municípios de Guaíra e Terra Roxa. Na avaliação do assessor jurídico do Conselho Indigenista



Cacique Ilson Soares Avá-Guarani explica que o racismo e a violência são constantes na região do oeste do Paraná

Foto: Matheus Lobo

Missionário (Cimi) Rafael Modesto “a decisão apresenta diversas ilegalidades, contraria determinações de instâncias superiores e não tem condições de se sustentar”.

Na ocasião, as lideranças receberam com preocupação a decisão. “O clima começou a ficar tenso. Estão achando que podem nos expulsar com força bruta”, afirma liderança Avá-Guarani.

Agressões, assassinatos e resistência dos Avá-Guarani

Com o procedimento demarcatório suspenso, os conflitos em Guaíra e Terra Roxa se intensificam causando insegurança aos povos indígenas. Os Guarani acreditam que esses ataques estão ligados à luta pelo território tradicional e ao ódio dos não indígenas.

“Somos tratados com discriminação e arrogância, onde quer que chegamos, até no atendimento à saúde a gente tem tido muitas dificuldades em ter acesso. Pessoas de carro sempre tentam atropelar os indígenas, algumas vezes até atropelam, mas sempre é levado como acidente de trânsito e na verdade eles atropelam propositalmente. Sofremos ameaças verbais, ameaças de todos os lados, é já tivemos parentes mortos, assassinados por não indígenas”, conta o cacique Ilson.

Em 2011, Bernardino Goularte foi assassinado a tiros, no mesmo ataque uma criança de 10 anos ficou baleada na cabeça. Em agosto de 2013, uma jovem indígena foi sequestrada, ameaçada e abusada sexualmente por três homens enquanto saía de casa para o trabalho. Além da violência sexual, o objetivo era obter informações à força e deixar um recado para lideranças indígenas e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Em março de 2015, Ananias Nunes Avá-Guarani, de 56 anos, foi linchado por não indígenas na cidade de Guaíra. Em 2018, Donecildo Agoeiro ficou paraplégico após ser alvejado por arma de fogo, durante atentado à TI. Em novembro de 2019, Demilson Ovelar foi assassinado a pedradas, dois membros da Y’hovy foram ameaçados de morte e tiveram armas apontadas para o rosto por um fazendeiro da região.

“Tudo isso é mais uma ameaça vinda de não índios, porque nós não estamos desrespeitando ninguém. Tudo o que queremos é ser respeitados da mesma forma que respeitamos a essa sociedade chamada sociedade civilizada, mas infelizmente não somos respeitados, pelo contrário: somos oprimidos e temos os nossos direitos violados todos os dias”, denuncia o cacique Avá-Guarani.

O desrespeito e o racismo estão presentes nas escolas, nas agências de empregos. O que resta aos povos indígenas do oeste do Paraná é continuar resistindo e persistindo na luta pela terra, pela continuidade de sua existência e permanência em seu tekoha. “Mas a gente não sabe até quando vamos continuar resistindo, não sabemos até quando vamos continuar existindo”, finaliza o cacique Avá-Guarani. ♦



Foto: Comissão Guarani Yyruupa – CGY

Mulheres rezam em frente à Prefeitura de Guaíra, no oeste do Paraná

Indígenas enfrentam pandemia com falta de estrutura, demora nos testes e risco de fome

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

O acelerado crescimento dos casos de covid-19 nas aldeias do sudeste do Pará vem gerando preocupação entre indígenas e apoiadores. A crise, agravada pela falta de estrutura para o atendimento e a prevenção dos casos, pode se acentuar ainda mais com a insegurança alimentar em algumas aldeias da região.

É o que apontam lideranças indígenas e integrantes da Rede de Apoio Mútuo aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará, uma articulação de diversas organizações, pesquisadores e indigenistas que nos últimos meses vem realizando campanhas de solidariedade junto aos povos da região, reivindicando medidas junto ao poder público e sistematizando dados e informações sobre a situação nos territórios.

“Estamos temendo muito que agora, além do vírus, chegue também a questão da fome”, alerta Zélia Maria Batista, missionária do Cimi Regional Norte 2 e religiosa da congregação das Irmãs Catequistas Franciscanas.

A falta de alimentos, segundo a missionária, vem assolando especialmente aldeias dos povos Suruí Aikewara e dos povos Guarani Mbya e Atikun, menos assistidos pelo Estado e com menos recursos externos.

A região possui grande extensão territorial e a grande diversidade de povos também se reflete nas variadas dificuldades enfrentadas nas aldeias e cidades – como é o caso dos indígenas Warao que migraram da Venezuela e vivem atualmente em Marabá.

“Os povos que acabam tendo mais risco são os que estão mais próximos ou costumam ir mais para a cidade”, avalia Bernardo Tomchinsky, integrante da Rede de Apoio e professor da Faculdade de Biologia da faculdade de biologia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

Na avaliação do pesquisador, a proximidade com as cidades, a passagem de estradas e a existência de grandes projetos são alguns dos elementos que aumentam a vulnerabilidade dos territórios.

É o caso das Terras Indígenas (TIs) Sororó, do povo Suruí Aikewara, Trocará, do povo Assurini do Tocantins, e Xikrin do Cateté, todas cortadas por rodovias federais. A TI Mãe Maria, do povo Gavião, além de também impactada por uma estrada, é cortada pelas linhas de transmissão da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, da Eletronorte, e pela Estrada de Ferro Carajás, sob administração da mineradora Vale.



Povo Suruí Aikewara, durante celebração da Semana dos Povos Indígenas, em 2019

“O número faz com que a ação do governo, os olhares de fora, se voltem para a questão indígena. A Sesai está omitindo números para fazer parecer para o governo que está tudo bem”

A relação da empresa com a covid-19 na região, aliás, pode ser ainda mais profunda: em maio, a mineradora registrou uma explosão de casos entre trabalhadores do Complexo Carajás, especialmente no município de Parauapebas. Hoje, a cidade é a que registra a segunda pior estatística do Pará, com 5.658 casos e 98 óbitos por covid-19 confirmados no dia 15 de junho. O município com cerca de 200 mil habitantes fica atrás apenas da capital do estado, Belém.

Parauapebas é uma das cidades próximas à TI Xikrin do Cateté, que também registra a pior situação no sudeste do Pará em relação ao número de casos e de óbitos. Segundo a Rede de Apoio e a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), já estão confirmados 257 casos de indígenas com infecção por covid-19 e sete óbitos decorrentes da doença entre o povo Xikrin.

“Eu acredito que a Sesai foi muito omissa na chegada do vírus nas aldeias. Ela não entrou fazendo um movimento de conscientização das comunidades indígenas. Faltou um pouco de olhar, atenção, se preparar, enfrentar mesmo”, critica Concita Sompré, liderança da aldeia Kyikatêjê, na TI Mãe Maria, e integrante da Federação dos Povos Indígenas do Pará (Fepipa).

Segundo os dados compilados pela Rede de Apoio aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará, no dia 14 de junho já existiam 574 casos de covid-19 entre os 12 povos que vivem nos 17 ter-

ritórios da região e no município de Marabá, caso dos indígenas Warao que migraram da Venezuela. A rede contabiliza ainda 19 óbitos na região, abrangida pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) Guamá-Tocantins e Kayapó do Pará.

A Sesai não divulga publicamente os dados por terra indígena, apenas por DSEI. Ainda assim, a diferença entre o levantamento da Rede de Apoio e os dados publicados diariamente pela Sesai indicam a dificuldade para identificar a real proporção do problema.

Na tarde do dia 15 de junho, o boletim epidemiológico da Sesai indicava a existência de apenas um óbito nas quatro terras indígenas abrangidas pelo DSEI Kayapó do Pará. Segundo a Rede, entretanto, já ocorreram pelo menos cinco mortes por covid-19 na TI Kayapó, onde há pelo menos cem casos confirmados.

O boletim da Sesai também indicava, nesta data, 279 casos confirmados e dez óbitos por covid-19 em toda a área de abrangência do DSEI Guamá-Tocantins. No mesmo dia, a Rede de Apoio registrava, apenas nos 13 territórios que monitora e que ficam localizados sob a área de abrangência do DSEI, um número consideravelmente maior, com 474 casos e 14 óbitos.

Falta de transparência e subnotificação

Pode-se ter uma dimensão da subnotificação das estatísticas oficiais quando se leva em conta que, fora da região monitorada pela Rede, o DSEI Guamá-Tocantins abrange outras 13 terras indígenas em regiões como a do Baixo Tapajós e a do nordeste paraense – sem levar em consideração os territórios não demarcados e as populações indígenas em contexto urbano.

Questionado, o DSEI informou que atende 40 povos indígenas distribuídos em 215 aldeias – bem mais do que os 12 povos monitorados pela Rede de Apoio no sudeste do Pará.

“Existe muita subnotificação. Tem que ter transparência, são informações públicas”, critica Maria Cristina Macedo Alencar, professora da Faculdade de Educação do Campo da Unifesspa e integrante da Rede de Apoio aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará.

Combate à pandemia no orçamento da Funai

Valores atualizados até o dia 16/06/2020

■ Autorizado (R\$) ■ Empenhado (R\$) ■ Liquidado (R\$)

Total



Aporte orçamentário (MP 942 e MP 965)



Recurso próprio (CV-19)



Gráfico: Conselho Indigenista Missionário (Cimi)
Fonte: Siga Brasil - Criado com Datawrapper

“Uma das grandes dificuldades que a gente tem é que o Dsei e a Sesai não estão repassando as informações”, corrobora Tomchinsky. “Então, desde o começo, sabemos que as informações oficiais não correspondem ao que está acontecendo nos territórios”.

Na avaliação de Concita Sompré, ocorre uma omissão nas ações e também na veiculação de informações. “O número faz com que a ação do governo, os olhares de fora, se voltem para a questão indígena. E eu acho que é isso que a Sesai está fazendo, omitindo números para fazer parecer para o governo que está tudo bem”, pontua.

Histórias interrompidas e memórias traumáticas

Enquanto os números – ainda que subnotificados – indicam a gravidade da situação, internamente, as comunidades indígenas sofrem com a perda de lideranças históricas e anciões que guardavam parte importante da memória coletiva de seus povos.

Foi o caso das lideranças Sakamiramé e Vanda Pona-katu, anciões do povo Asurini que morreram vítimas de covid-19 no final de maio, e da importante liderança Bepkaroti Xikrin, que faleceu da doença causada pelo coronavírus no dia 31 de maio.

No dia 4 de junho, a covid-19 fez do ancião Warini Suruí, de 85 anos, a primeira vítima do coronavírus entre os Aikewara. Forçado pelo exército a servir de guia e trabalhador braçal na época da repressão Guerrilha do Araguaia, Warini foi um dos sobreviventes e guardiões de um período de profundas violações que, na memória de seu povo, ficou conhecido como o “tempo da guerra”.

“Ele foi um grande guerreiro aqui no povo Aikewara, e além de ser um grande narrador das histórias orais, ele foi um grande lutador pela demarcação da nossa terra indígena. Estava empenhado com a demarcação dos limites”, relembra Winurru Suruí, neto de Warini.

Winurru é um dos autores do relatório “O tempo da guerra: os Aikewara e a Guerrilha do Araguaia”, uma das referências utilizadas pela Comissão Nacional da Verdade na sistematização das violações da Ditadura Militar contra os povos indígenas. Warini, com suas memórias, ofereceu uma importante contribuição para o registro deste período histórico.

“Meu avô contribuiu muito com nosso povo, a história dele foi muito grande”, conta Winurru, lembrando o papel de Warini na luta pela demarcação da TI Sororó. “Ele era uma das pessoas que eram o ‘mapa’, ele tinha na cabeça os pontos certos do território, conhecia os limites. Por ele, vamos lutar pelos demais para que isso não se alastre tanto, vamos batalhar em nome dele”.

A ocorrência de mortes em massa após a chegada de epidemias não é uma novidade para os povos indígenas, e foi uma decorrência comum de diversas experiências desastrosas de contato forçado pelos não indígenas. No caso do povo Gavião, a memória traumática dos conflitos ocorridos quando o contato com os não indígenas se estabeleceu de forma definitiva ainda é viva nas lembranças de alguns anciões, e foi trazida à tona após a primeira morte causada pelo coronavírus na TI Mãe Maria.

“Foi uma coisa chocante para a comunidade, e lembrou os velhos o tempo da guerra, da fuga dos vírus. Trouxe de volta muitas coisas que marcaram a memória deles, na década de 50, 60, quando muitos morreram. Eles falavam ‘queremos ficar



A produção de remédios a partir de plantas medicinais, para fortalecer a imunidade dos indígenas e amenizar sintomas gripais, é uma das iniciativas da Rede de Apoio

Casos por DSEI

DSEI	Casos (Rede)	Casos (Sesai)	Óbitos (Rede)	Óbitos (Sesai)
DSEI Guamá-Tocantins	474	279	14	10
DSEI Kayapó	100	142	5	2
Total	574	421	19	12

* No caso do DSEI Guamá-Tocantins, os dados da Rede de Apoio Mútuo aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará abrangem apenas os 13 territórios e 11 povos da região; os dados da Sesai, por sua vez, abrangem todos os 40 povos e 215 aldeias atendidas pelo DSEI. - Fonte: Rede de Apoio Mútuo aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará e Sesai

Casos por Terra Indígena

Terra Indígena	População	Casos (Rede)	Casos (Sesai)	Óbitos (Rede)	Óbitos (Sesai)	Testes (Sesai)
Sarauá	184	2	2	0	0	11
Trocará	480	68	54	4	4	101
Mãe Maria	999	12	12	1	1	18
Kayapó	4548	100	*	5	*	*
Sororó	513	134	8	2	*	19
Xikrin do Cateté	1297	257	257	7	7	420
Parakanã	1317	1	1	0	0	*

Dados obtidos a partir da Rede de Apoio Mútuo aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará, em levantamento divulgado no dia 14/06/2020, e do DSEI Guamá-Tocantins, conforme resposta enviada pela Sesai no dia 10/06/2020. - *Não informado pela Sesai

“Pela falta de intervenção imediata da Sesai assim que começaram os primeiros sintomas, a situação foi se agravando”



Povo Suruí Aikewara, durante celebração da Semana dos Povos Indígenas, em 2019

longe, o bicho vai matar a gente’. Criou um pânico”, relata Concita Sompré.

A liderança conta que, por causa disso, alguns desses anciões decidiram se refugiar na mata, fora das aldeias onde temem que o vírus possa estar circulando. “Só que na época eles viviam fugindo, mudando de aldeia... aqui, não tem como fugir tanto. Mas eles estão lá, estão bem. São cinco idosos, que estão acompanhados de seus netos e filhos, e nós estamos acompanhando eles”, explica.

Além dos traumas, as especificidades culturais também tornam a experiência da pandemia especialmente dura para os povos indígenas, e motivaram uma recomendação do Ministério Público Federal (MPF) do Pará para que o Dsei Guamá-Tocantins garantisse que os funerais de indígenas do povo Xikrin do Cateté ocorressem no interior da terra indígena, com as devidas precauções de segurança.

O Dsei acatou a recomendação e ampliou a medida para outros povos. A professora Maria Cristina avalia, entretanto, que existe uma tendência a culpabilizar os indígenas pelos casos que ocorrem em suas comunidades e, em alguns casos, pelas suas próprias mortes. Essa narrativa, pontua, oculta o fato de que a covid-19 só chegou às aldeias devida à falta de ações preventivas por parte do Estado.

“A equipe da Sesai, desde março, deveria ter se preparado, para evitar chegar ao ponto em que se precisa de respirador. É uma violência tirar uma pessoa que está à beira da morte de perto de seus parentes, ainda mais uma pessoa idosa. E é duplamente violento quando essa pessoa é de outra cultura, quando morrer para ela tem outro significado”, afirma.

Sintomas típicos, demora nos testes

Lideranças indígenas e integrantes da Rede de Apoio aos Povos do Sudeste do Pará chamam atenção para uma situação que se repete em diversas aldeias da região: ao longo das últimas semanas, diversos indígenas apresentaram sintomas gripais, em alguns casos bastante intensos, mas os testes para covid-19 demoraram a ocorrer.

“No território Mãe Maria, a covid já adentrou em quatro aldeias. No final de abril para o início de maio, os primeiros casos começaram a acontecer. Só que a Sesai não deu muita atenção para os sintomas, apesar de haver desde março casos em Marabá”, critica Concita Sompré.

“Pela falta de intervenção imediata da Sesai assim que começaram os primeiros sintomas, a situação foi se agravando, porque dentro das comunidades aqui, algumas continuaram com suas práticas culturais, fazendo o isolamento da cidade, mas não fazendo o isolamento interno. Então, dentro da comunidade, continuaram a acontecer reuniões familiares, jogos de flecha”, relata a liderança.



→ O povo Suruí Aikewara vivenciou situação semelhante na TI Sororó, onde muitos indígenas passaram algumas semanas com sintomas gripais na aldeia Sororó, a maior das sete do território. Sem testes, desconfiavam das características do surto de gripe.

No dia 14 de junho, segundo a Rede de Apoio Mútuo aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará, testes rápidos realizados pela Prefeitura de Marabá identificaram a presença de pelo menos 134 pessoas confirmadas com covid-19 na terra indígena, onde a doença já provocou duas mortes. Questionada, a Sesai respondeu, no dia 15 de junho, que identificou apenas oito casos de covid-19 a partir de 18 testes realizados na terra indígena – a Prefeitura de Marabá, em comparação, realizou 211 testes, segundo relatório da Rede de Apoio.

A situação preocupante soma-se com a falta de médicos para atender a terra indígena. Muruê Suruí, agente de saúde indígena da aldeia Sororó, conta que o polo local do DSEI Guamá-Tocantins possui apenas duas médicas para atender 28 aldeias. Com a alta demanda, elas utilizam um sistema de escalas que acaba deixando a terra indígena sem médicos por longos períodos.

“A médica passou quinze dias aqui e saiu para a folga, agora estamos apenas com a técnica e com a enfermeira. Uma médica seria essencial nesse momento. Por mais que as enfermeiras estejam seguindo as orientações dela nesse momento, ela é que tem autonomia para fazer receita, mudar a medicação”, explicou a agente no início de junho.

A situação crítica não é exclusividade dos Aikewara. Questionado, o DSEI Guamá-Tocantins informou que seus nove polos base dispõe de apenas 11 médicos para atender 215 aldeias e 40 povos numa área que se estende por grande parte do Pará, cobrindo inclusive pequenas partes do Amazonas e do Maranhão.

Pressão e mobilização

Com a covid-19 chegando nos territórios e a falta de estrutura da Sesai para garantir a proteção das aldeias, os povos indígenas da região passaram a se organizar para estabelecer barreiras sanitárias e medidas de isolamento, cobrar medidas do poder público e buscar também o apoio de parceiros e a assistência do estado e de municípios.

Na TI Mãe Maria, por exemplo, a Fepipa conseguiu que o governo estadual do Pará realizasse testes rápidos nas aldeias para verificar a prevalência do coronavírus nas aldeias do povo Gavião.

“O estado entrou com uma intervenção no apoio graças à articulação nossa, indígena. Mas a Sesai mesmo não está atuando. Agora, a Funai entrou no circuito, porque estava omissa também. Ou seja, está partindo das populações indígenas essa reação, porque da parte de quem deveria, não partiu nada”, afirma Concita Sompré.

Ela também destaca as medidas de distanciamento social que os próprios Gavião definiram depois que os primeiros casos apareceram na TI Mãe Maria. “Fechamos as portas no início de março, isolamos totalmente na segunda quinzena de maio e passamos a fazer o isolamento social interno. Nós mesmos, não pelo sistema que deveria ter feito isso”.

Foi por pressão dos indígenas e de parceiros que foi garantida a construção de uma unidade do exército para o atendimento de casos de covid-19 na TI Xikrin do Cateté. Também foi a partir da mobilização de indígenas e da Rede de Apoio que o hospital de campanha de Marabá destinou uma ala com dez leitos clínicos exclusivamente para o atendimento de indígenas com covid-19.

“Vamos lutar pelos demais para que isso não se alastre tanto”



Warini Suruí, vítima de covid-19 aos 85 anos, era um dos narradores orais do povo Suruí Aikewara

Insegurança alimentar

Os impactos do novo coronavírus podem ser agravados, no caso de alguns povos da região, pela iminência de uma situação de insegurança alimentar, que já atinge aldeias do povo Suruí Aikewara. A avaliação dos apoiadores é de que essa situação é especialmente grave entre os povos que, como os Aikewara, Atikum, Assurini e Amanáé, contam com menos recursos externos para enfrentar a pandemia.

“As cestas básicas que chegaram da Funai são reduzidas, com poucos itens e quantidade pequena, que dá para uma, até duas semanas. E são muitas pessoas para se alimentar”, explica a missionária Zélia Maria Batista.

Ela preocupa-se especialmente com a situação na TI Sororó, onde o surto gripal contribuiu para que os Suruí Aikewara tivessem menos condições de trabalhar nas suas roças, que formam base importante de sua alimentação.

“Quem não ficou doente de febre, pneumonia ou agora de covid-19, ficou cuidando dos outros que estavam doentes”, relata o professor Bernardo Tomchinsky.

“Eles possuem uma roça comunitária, só que ela fica na aldeia Sororó, que é a aldeia mãe. Tem outras seis aldeias pequenas, com muitos idosos que também

“O estado entrou com uma intervenção no apoio graças à articulação nossa, indígena. Está partindo das populações indígenas essa reação, porque da parte de quem deveria, não partiu nada”



Colheita de arroz na roça comunitária da aldeia Sororó. Segundo Rede de Apoio, indígenas que vivem em outras aldeias da terra indígena passam dificuldades durante pandemia

passam por necessidade e não têm os roçados, não têm a caça”, explica a irmã Zélia.

A missionária explica que, para tentar contribuir e evitar que a combinação entre fome e covid-19 tenha um desfecho trágico para os Aikewara, a Rede de Apoio realizou uma ação solidária para distribuição de suplementos vitamínicos e alimentos aos indígenas.

“Isso já é de tempos, mas se agravou agora com a pandemia. Agora, nossa grande preocupação é garantir uma alimentação adequada para que os idosos possam se recuperar e, caso sejam infectados pelo vírus, tenham a imunidade para resistir”, avalia a missionária.

Os próprios Suruí Aikewara estão realizando campanhas de arrecadação de alimentos, para garantir a sua sobrevivência em meio à pandemia. “Estamos pedindo doações porque não estamos querendo sair da aldeia para ir na cidade. Para nós é importante ficar isolado”, afirma Muruê Suruí.

“Também estamos com ações deste tipo, de conseguir recursos e entregar aos indígenas. Mas isso era para a Sesai fornecer também. Como que eles vão morrer porque estão com baixa imunidade? Há negligência no básico”, critica a professora Maria Cristina Macedo.

Rede de apoio e solidariedade

Foi ao identificar essa negligência e a urgência de ações que diversas organizações e pessoas ligadas à causa indígena resolveram se reunir em uma articulação. Assim surgiu a Rede de Apoio Mútuo aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará, que conta com a participação de pesquisadores, indigenistas, missionários e militantes vinculados a instituições como a Unifesspa, a Universidade do Estado do Pará (UEPA), o Instituto Federal do Pará (IFPA), o Cimi e a Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam), entre outras.

“Desde meados de abril, quando começaram a aparecer os primeiros casos de covid-19 aqui na região, conversando com professores da UEPA e também da Unifesspa, resolvemos criar uma rede de solidariedade aos povos indígenas. Essa rede foi se estendendo, chegando a outros movimentos, pastorais sociais, da diocese, voluntários e simpatizantes da causa indígena”, conta Zélia.

Além de realizar ações junto ao poder público, campanhas para arrecadação de recursos e produção de remédio a partir de plantas medicinais para fortalecer a imunidade dos povos indígenas, a Rede de Apoio aos Povos Indígenas do Sudeste do Pará também mantém um perfil nas redes sociais, onde divulga os levantamentos diários que faz dos casos entre os povos da região e as campanhas de doação criadas pelos próprios indígenas, como os Aikewara e os Assurini. ♦

Foto: Kaiji Suruí

Pandemia no Vale do Javari

Região com povos livres leva MPF a fazer recomendações ao governo

Por **J.Rosha**, da Assessoria de Comunicação – Cimi Norte I (AM/RR)

Com três casos confirmados de infecção por covid-19 entre os Kanamari na aldeia São Luiz, os povos indígenas vivem um momento de tensão no Vale do Javari. Antes da confirmação pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), no último dia 6 de junho, servidores da saúde tiveram que ser removidos do local por testarem positivo para covid-19.

Dois dias antes, o Ministério da Saúde e Sesai divulgaram que “quatro profissionais de saúde não indígenas do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vale do Javari, sendo um enfermeiro, dois técnicos de enfermagem e um Agente de Combate a Endemias, que atuam no Polo Base Médio Javari, na região Atalaia do Norte (AM), testaram positivo para o novo coronavírus, no dia 3 de junho”.

De acordo com a comunicação da Sesai, os profissionais “adentraram em área indígena no dia 29 de abril, exceto o Agente de Combate a Endemias, que adentrou em área no dia 22 de maio, para a prestação de assistência à saúde, após passagem por rigoroso cumprimento de quarentena, conforme estabelecida no Plano de Contingência do Distrito Sanitário Especial Indígena Vale Do Javari para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus.

Em vista do perigo de crescimento exponencial da doença, a exemplo do que aconteceu no Alto Solimões, a partir da segunda metade de março, o Ministério Público Federal (MPF) em Tabatinga (AM) emitiu a Recomendação nº 05/2020/PRM/TABATINGA, determinando a adoção de algumas medidas para assegurar aos indígenas o isolamento em suas aldeias de forma que não comprometa sua segurança alimentar, atenção básica, remoções em caso de necessidade e atendimento diferenciado, conforme preceituado pela Constituição Federal, Convenção 169 da OIT e outros documentos editados pelos órgãos de assistência aos povos indígenas.

No último dia 7 de junho, a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) divulgou um documento onde apela a organizações nacionais e internacionais para que apoiem os esforços para evitar a proliferação da infecção nas aldeias. “As lideranças nos comunicaram que mais 15 pessoas e cinco famílias na aldeia apresentam sintomatologia relacionada ao vírus”, informa a coordenação da Univaja.

A coordenação da Univaja diz ainda que na aldeia São Luiz moram, aproximadamente, 244 indígenas e os teste disponíveis são de apenas 60, sendo que estes serão divididos com aldeias de outras localidades onde existe a suspeita de indígenas contaminados.

Conforme a coordenação da Univaja lideranças nas aldeias relataram que “parte da equipe de saúde visitou outras as aldeias da abrangência do Pólo Base Médio Javari, como o caso das aldeias Pedro Lopes e Nuntewa (povo Kulina Pano), Fruta Pão, Flores e Lago Grande (todas do povo Matses)”. Eles temem a proliferação do contágio em todas as dez aldeias da região do médio Javari e médio Curuçá, onde maioria das lideranças teriam alertado a existência de moradores apresentando sintomas de febre, dor de cabeça, dor no corpo, vômitos e falta de ar.

Ameaças

No início de março, lideranças indígenas do Vale do Javari denunciaram a possível incursão de missionários estrangeiros e alertaram para o risco de contaminação das aldeias, especialmente dos povos sem contato. Uma ação do MPF, em atenção ao pedido dos indígenas, levou a Justiça Federal a emitir decisão favorável à Univaja contra a entrada ou a permanência de missionários fundamentalistas da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB) em suas terras indígenas. A Univaja denunciou também a entrada de invasores, inclusive de garimpeiros na região do rio Jutá e no médio Curuçá, duas localidades onde foram encontrados vestígios da presença de povos em situação de isolamento voluntário. ♦



A Univaja divulgou um documento onde apela a organizações nacionais e internacionais para que apoiem os esforços para evitar a proliferação da infecção nas aldeias

Indígenas de Roraima não aceitam transferência de doentes para o Amazonas

Por **J.Rosha**, da Assessoria de Comunicação – Cimi Norte I (AM/RR)

“Não aceitamos que os indígenas de Roraima sejam mandados para tratamento da covid-19 no Amazonas. Somos totalmente contra”, enfatizou Enoque Taurepang, coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR). A reação aconteceu diante da possibilidade anunciada pelo Governo Estadual de Roraima, no último dia 14 de junho, segundo o qual a medida ocorre devido ao colapso na saúde pública do estado. O Hospital Geral de Roraima (HGR) está com a capacidade esgotada e com pacientes à espera de vagas.

“Estamos vivendo um governo desastroso. Não tem capacidade de gestão e de administração”, critica o coordenador do CIR. Ele denuncia ainda a lentidão na inauguração do Hospital de Campanha. “A inauguração não sai por causa dos acertos que tem que ser feitos para as coisas saírem”, diz Enoque.

Segundo ele, a atuação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) deixa muito a desejar. Ele observa que o órgão foi criado para ser o braço forte dos indígenas nos momentos difíceis: “tanto quanto o Dsei (Distrito Sanitário Especial Indígena) Leste não apresenta um plano emergencial palpável nesse momento de perdas. Não fazem, de fato, as coisas acontecerem respeitando a nossa realidade”, enfatiza Enoque Taurepang.

Perdas

Dionito José de Souza, 52 anos, ex-coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR) entre 2006 e 2011, faleceu no último dia 15 de junho na aldeia São Mateus. Ele era coordenador do CIR em 2009, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol após julgar ações que questionavam o Decreto de Homologação assinado em 2005 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nas últimas semanas, outras lideranças indígenas faleceram em meio à pandemia da covid-19. Nas terras indígenas de Roraima, assistidas pelo Dsei/Leste, lideranças indígenas dizem que não há testes para todos.

Os dados levantados pelo Comitê Nacional pela Vida e Memória Indígena, até o 13 de junho passado indicavam, na região norte, o Estado de Roraima tinha 33 óbitos contra 139 do Amazonas, e 55 do Pará. No total foram 281 mortes confirmadas em todo o território nacional até a final da segunda quinzena de junho. ♦

De acordo com levantamento da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o número de indígenas infectados em Roraima é de 230. O número de casos e a ocorrência de óbitos entre indígenas vêm aumentando desde a primeira semana de junho.

Mário Nicácio, vice-coordenador da Coiab e ex-coordenador do CIR, suspeita que esse aumento tem como causa a entrada de servidores do Dsei/Leste infectados, tal como aconteceu em outras terras indígenas do Brasil. Das mortes desde o agravamento da pandemia em Roraima, oito eram professores, entre os quais Fausto Mandulão – liderança que teve papel importante na organização dos professores e professoras indígenas da Amazônia.

“Na aldeia Piium, na região da Serra da Lua, nós fizemos barreiras e só deixávamos as pessoas passarem depois da realização de teste”, explica Mário Nicácio, acrescentando que os servidores do Dsei não foram testados e muitos, depois, fizeram os testes e apresentaram confirmação positiva para a covid-19.

Falta integração

Para Mário Nicácio, o fato do Dsei/Leste e dos municípios não atuarem de forma integrada para atender os indígenas nas aldeias é um complicador. “O Distrito tem muita resistência em apoiar, em estar nas aldeias”, diz Mário Nicácio.

De acordo com levantamento feito pelas lideranças indígenas de Roraima, os locais com maior foco de infectados agora são as terras indígenas Raposa Serra do Sol e Serra da Lua. Em alguns lugares, os indígenas tiveram que abandonar as barreiras sanitárias em razão do grande número de pessoas doentes.

Para o enfrentamento da pandemia, lideranças indígenas estão buscando apoio junto a organizações de fora do Brasil para aquisição de equipamentos de proteção individual, como máscaras e luvas, testes, produtos de higiene e alimentos. “Estamos realizando uma campanha em âmbito internacional, com apoio da Coiab e Coica (Coordinadora de las Organizaciones Indígenas dela Cuenca Amazónica), para adquirir alimentos e equipamento hospitalar”, diz Nicácio.

Uma das iniciativas urgentes, de acordo com Nicácio, por parte dos órgãos governamentais, é a instalação de unidades de atenção primária, para que os indígenas possam fazer os testes sem ter que se deslocar para a cidade de Boa Vista. ♦

Continuação da edição anterior

